

2ª edição

controle de

**CONS
TITU
C I O
NALI
DADE**

Bruno Pinheiro

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Bruno Pinheiro



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Bruno Pinheiro.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini

Diagramação
Enzo Zaquieu Prates

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

PINHEIRO, Bruno.
Controle de Constitucionalidade -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.
746 p.

1. Direito. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDD341.2

CDU342

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Prefácio	17
Apresentação	19
1. Introdução	21
1.1. A Defesa da Constituição e o Controle de Constitucionalidade.....	22
1.1.1. Vinculação constitucional dos Poderes Públicos.....	23
1.1.1.1. Constitucionalização do Direito (classificação).....	23
1.1.1.2. Efeitos da constitucionalização do Direito.....	24
1.1.1.3. A constitucionalização no direito brasileiro.....	24
1.1.2. Limites de reforma constitucional.....	25
1.1.2.1. Limitações formais.....	25
1.1.2.2. Limitações circunstanciais.....	26
1.1.2.3. Limitações materiais.....	27
1.1.2.3.1. Limitações materiais expressas (explícitas).....	28
1.1.2.3.2. Limitações materiais implícitas (inerentes).....	29
1.1.2.4. Limitações temporais.....	32
1.1.2.5. Quadro das limitações constitucionais ao Poder de Reforma da CRFB/1988.....	33
1.1.3. Separação e interdependência dos órgãos de soberania.....	33
1.1.4. Fiscalização judicial de constitucionalidade.....	34
1.1.5. Fundamento da Jurisdição Constitucional.....	36
2. Evolução histórica	39
2.1. Período antigo.....	39
2.1.1. Grécia.....	39
2.1.2. Roma.....	40
2.2. Principais precedentes históricos modernos.....	40
2.2.1. Inglaterra.....	40
2.2.2. Estados Unidos.....	41
2.2.3. França.....	45
2.2.4. Áustria.....	48

3. Pressupostos do controle de constitucionalidade	49
3.1. Supremacia e rigidez da Constituição.....	49
3.1.1. Órgão incumbido do controle.....	50
3.2. Ativismo Congressual.....	50
3.2.1. Efeito Backlash (backlash effect).....	55
3.2.2. Teoria do Diálogo Institucional.....	60
4. O vício da inconstitucionalidade (planos do ato normativo)	65
4.1. Existência.....	66
4.2. Validade.....	66
4.3. Eficácia.....	67
4.4. Efetividade.....	68
4.5. Natureza do ato inconstitucional (ato nulo ou anulável) e da sentença (declaratória ou constitutiva).....	69
5. Espécies de inconstitucionalidade	73
5.1. Inconstitucionalidade de normas constitucionais originárias.....	75
5.1.1. Normas constitucionais originárias contrárias ao Direito Suprapositivo.....	77
5.1.2. Normas constitucionais originárias formalmente constitucionais contrárias às normas constitucionais originárias materialmente constitucionais (hierarquia entre normas constitucionais).....	80
5.1.3. Normas constitucionais contrárias ao Direito Internacional – Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	82
5.1.3.1. Status hierárquico dos tratados internacionais de Direitos Humanos.....	82
5.1.3.1.1. Status Supranacional e Status Constitucional.....	82
5.1.3.1.2. Status Supralegal e Status legal.....	85
5.2. Constituição x Direito Comunitário.....	87
5.3. Espécies de inconstitucionalidade.....	90
5.3.1. Quanto à origem do vício.....	90
5.3.1.1. Inconstitucionalidade formal (nomodinâmica).....	90
5.3.1.1.1. Inconstitucionalidade formal procedimental stricto sensu.....	90
5.3.1.1.2. Inconstitucionalidade formal subjetiva.....	91
5.3.1.1.3. Inconstitucionalidade orgânica.....	94
5.3.1.1.4. Inconstitucionalidade formal por vício nos pressupostos objetivos para edição do ato normativo.....	97
5.3.1.1.5. Inconstitucionalidade por contrabando legislativo.....	99
5.3.1.2.1. Inconstitucionalidade material normativa ou qualitativa ou vertical.....	104
5.3.1.2.2. Inconstitucionalidade material textual ou quantitativa ou horizontal.....	104
5.3.1.2.3. Inconstitucionalidade material implícita.....	104
5.3.1.3. Inconstitucionalidade por desvio de finalidade e por abuso de poder de legislar.....	106
5.3.2. Quanto à ocasião do vício (quanto ao momento).....	110
5.3.2.1. Inconstitucionalidade originária.....	110
5.3.2.2. Inconstitucionalidade superveniente.....	110

5.3.2.2.1. Inconstitucionalidade superveniente decorrente de nova constituição.....	111
5.3.2.2.2. Inconstitucionalidade superveniente em decorrência de emenda à CF, ou mudança do parâmetro de controle (emenda).....	113
5.3.2.2.3. Inconstitucionalidade superveniente em decorrência de mutação constitucional.....	115
5.3.2.2.3.1. Poder Constituinte Difuso.....	117
5.3.2.2.4. Inconstitucionalidade superveniente decorrente de mudança de circunstâncias fáticas.....	118
5.3.2.3. Constitucionalidade superveniente.....	121
5.3.3. Quanto à causa do vício.....	122
5.3.3.1. Inconstitucionalidade por ação ou positiva (comissiva).....	122
5.3.3.2. Inconstitucionalidade por omissão ou negativa.....	123
5.3.3.2.1. Omissão total.....	125
5.3.3.2.2. Omissão parcial.....	127
5.3.3.3. Inconstitucionalidade por não aperfeiçoamento ou por não atualização.....	128
5.3.3.3.1. Omissão formal e material.....	128
5.3.3.3.2. Omissão absoluta e omissão relativa.....	128
5.3.4. Quanto à extensão.....	129
5.3.4.1. Inconstitucionalidade total.....	129
5.3.4.2. Inconstitucionalidade parcial.....	129
5.3.4.2.1. Inconstitucionalidade parcial horizontal ou quantitativa.....	129
5.3.4.2.2. Inconstitucionalidade parcial vertical ou qualitativa.....	130
5.3.5. Quanto à relação de dependência lógica.....	131
5.3.5.1. Inconstitucionalidade antecedente.....	131
5.3.5.2. Inconstitucionalidade consequente por contaminação ou reverberação normativa.....	131
5.3.5.2.1. Inconstitucionalidade por contaminação normativa hierárquica ou vertical.....	135
5.3.5.2.2. Inconstitucionalidade por contaminação normativa não hierárquica ou horizontal.....	135
5.3.5.2.3. Inconstitucionalidade por contaminação normativa não hierárquica ou horizontal homogênea.....	135
5.3.5.2.4. Inconstitucionalidade por contaminação normativa não hierárquica ou horizontal heterogênea.....	135
5.3.6. Quanto à relação de incompatibilidade.....	135
5.3.6.1. Inconstitucionalidade direta.....	136
5.3.6.2. Inconstitucionalidade indireta, oblíqua ou reflexa.....	136
5.3.7. Quanto à clareza/evidência.....	137
5.3.7.1. Inconstitucionalidade chapada.....	137
5.3.7.2. Inconstitucionalidade subreptícia.....	138
5.3.8. Quanto à análise de circunstâncias fáticas.....	139
5.3.8.1. Inconstitucionalidade normativa.....	140
5.3.8.2. Inconstitucionalidade causal e inconstitucionalidade progressiva.....	140
5.3.8.3. Inconstitucionalidade circunstancial.....	142
5.3.9. Inconstitucionalidade por usurpação de competência judiciária.....	144

6. Sistemas e modalidades de controle de constitucionalidade.....145

6.1. Sistemas de Controle de Constitucionalidade.....	145
6.1.1. Quanto à natureza: Político ou Judicial.....	145
6.1.2. Quanto ao momento: Preventivo ou Repressivo.....	145
6.1.3. Quanto ao modelo de organização: Unitário ou Independente.....	146
6.2. Modalidades de Controle Judicial de Constitucionalidade.....	146
6.2.1. Quanto à competência.....	146
6.2.2. Quanto ao modo de exercício.....	146
6.2.3. Quanto à finalidade.....	147
6.2.4. Quanto à natureza do processo.....	147
6.2. Quadros esquemáticos dos sistemas e modalidades de controle de constitucionalidade.....	148
6.2.1. Quadros dos Sistemas de controle de constitucionalidade.....	148
6.2.1.1. Quanto à natureza do órgão.....	148
6.2.1.2. Quanto ao momento.....	149
6.2.1.3. Quanto à estrutura.....	149
6.2.2. Quadros das modalidades de controle de constitucionalidade.....	149
6.2.2.1. Quanto à competência.....	149
6.2.2.2. Quanto ao modo de exercício.....	149
6.2.2.3. Quanto à finalidade.....	149
6.2.2.4. Quanto à natureza do processo.....	149
7. Controle de constitucionalidade no direito comparado.....	151
7.1. Alemanha.....	151
7.2. Portugal.....	152
7.3. Estados Unidos da América.....	153
8. O controle de constitucionalidade no Brasil.....	157
8.1. Sistemas de controle.....	157
8.1.1. Político/preventivo.....	157
8.1.2. Político/repressivo.....	158
8.1.3. Jurisdicional/repressivo.....	163
8.1.4. Jurisdicional/preventivo.....	164
8.2. Modalidades de controle.....	168
8.2.1. Quanto ao número de órgãos (competência).....	168
8.2.1.1. Difuso.....	168
8.2.1.2. Concentrado.....	176
8.2.2. Quanto ao modo de exercício.....	178
8.2.2.1. Incidental.....	179
8.2.2.2. Principal.....	179
8.3. O Complexo Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade.....	180
9. Breve histórico do controle de constitucionalidade no Brasil.....	181
9.1. Constituição de 1824.....	181
9.2. Constituição de 1891.....	181

9.3. Constituição de 1934.....	182
9.4. Constituição de 1937.....	182
9.5. Constituição de 1946.....	183
9.6. Emenda Constitucional nº 16 de 1965.....	183
9.7. Constituição de 1967/1969.....	183
9.8. Constituição de 1988.....	184

10. Técnicas de decisão no controle de constitucionalidade..... 185

10.1. Declaração de inconstitucionalidade com pronúncia de nulidade.....	186
10.2. Interpretação conforme a Constituição (verfassungskonforme) X Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto (teilnichtigerklärung).....	190
10.3. Declaração de inconstitucionalidade parcial com redução de texto.....	197
10.4. Efeito ex tunc e restrição (modulação) dos efeitos temporais.....	199
10.4.1. Declaração de inconstitucionalidade com efeito ex tunc.....	203
10.4.2. Declaração de inconstitucionalidade com efeito ex tunc mitigado.....	206
10.4.3. Declaração de inconstitucionalidade com efeito ex nunc.....	206
10.4.4. Declaração de inconstitucionalidade com efeito prospectivo ou pró-futuro.....	207
10.4.5. Restrições no plano do ato singular – einzelaktebene.....	209
10.5. Afastamento do efeito repristinatório.....	212
10.6. Apelo ao legislador (Apelentscheidugen).....	216
10.7. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade (Unvereinbarkeitserklärung).....	218
10.8. Declaração de norma ainda constitucional em trânsito para inconstitucionalidade – em processo de inconstitucionalização.....	219
10.9. Sentenças manipulativas.....	223
10.9.1. Sentenças Manipulativas.....	223
10.9.1.1. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade (sentença manipulativa sem efeito ablativo).....	223
10.9.1.2. Declaração de inconstitucionalidade com modulação dos efeitos temporais (sentença manipulativa com efeito ablativo diferido).....	224
10.9.1.3. Apelo ao legislador (sentença apelativas, de aviso ou de sentenças de rogação).....	224
10.9.1.4. Sentença de aviso ou prospective overruling.....	224
10.9.1.5. Interpretação conforme a Constituição.....	225
10.9.1.6. Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto (efeito ablativo de interpretação ou aplicação).....	225
10.9.1.7. Declaração de inconstitucionalidade com redução de texto (com efeito ablativo de texto).....	225
10.9.2. Sentenças manipulativas aditivas.....	226
10.9.2.1. Sentença manipulativa aditiva de texto.....	226
10.9.2.2. Sentença manipulativa aditiva de princípio.....	228
10.9.2.3. Sentença manipulativa aditiva substitutiva.....	231
10.9.2.4. Sentença manipulativa aditiva de prestação.....	231
10.9.3. Sentenças Normativas e Sentenças Transitivas ou Transacionais.....	236

10.9.3.1. Sentenças Normativas.....	236
10.9.3.1.1. Sentenças interpretativas ou de interpretação conforme a Constituição.....	236
10.9.3.1.2. Sentenças aditivas ou construtivas.....	236
10.9.3.1.3. Sentenças aditivas de princípio “de mecanismo” ou “sentenças-delegação”.....	237
10.9.3.1.4. Sentenças substitutivas.....	238
10.9.3.2. Sentenças Transitivas ou Transacionais.....	238
10.9.3.2.1. Sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo (declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade).....	238
10.9.3.2.2. Sentenças de inconstitucionalidade com ablação diferida ou datada (técnicas de modulação).....	238
10.9.3.2.3. Sentenças de Apelo	238
10.9.3.2.4. Sentenças de Aviso.....	238
10.10. Controle de Prognoses Legislativas.....	239
11. Direito processual constitucional.....	247
11.1. Conceito.....	247
11.1.1. Direito processual constitucional em sentido lato.....	247
11.1.2. Direito processual constitucional stricto sensu.....	248
11.1.3. Direito constitucional processual.....	248
11.2. Fundamento e finalidade.....	249
11.2.1. Fundamento.....	249
11.2.3. Finalidade.....	249
11.3 Princípios processuais constitucionais aplicáveis ao controle de constitucionalidade.....	249
11.3.1. Princípio da presunção de constitucionalidade.....	249
11.3.2. Princípio da interpretação conforme a constituição.....	250
11.3.3. Princípio da nulidade dos atos inconstitucionais.....	251
11.3.4. Princípio do pedido ou do dispositivo.....	252
11.3.4.1. Princípio da congruência.....	252
11.3.5. Princípio da causa de pedir aberta.....	253
11.3.6. Princípio da indisponibilidade.....	254
11.3.7. Princípio do controle material.....	255
11.3.8. Princípio da instrução (oficiosa).....	257
11.3.9. Princípio da reserva de plenário (full bench, full court, en banc).....	257
11.3.10. Princípio da irrecorribilidade das decisões.....	260
11.3.11. Princípio da irrescindibilidade das decisões.....	260
12. Controle difuso.....	261
12.1. Controle incidental em ação civil pública.....	261
12.2. Controle difuso/incidental na 1ª instância.....	266
12.2.1. Procedimento.....	266
12.2.2. Competência.....	267
12.2.3. Parâmetro.....	268

12.2.4. Objeto.....	270
12.2.5. Iniciativa.....	270
12.2.6. Requisitos.....	270
12.2.6.1. Requisitos subjetivos.....	270
12.2.6.2. Requisitos objetivos.....	270
12.2.7. Objetivo.....	271
12.2.8. Efeitos.....	271
12.3. Controle difuso/incidental nos Tribunais.....	272
12.3.1. Procedimento.....	272
12.3.2. Competência.....	281
12.3.3. Parâmetro.....	282
12.3.4. Objeto.....	283
12.3.5. Iniciativa.....	284
12.3.6. Requisitos.....	284
12.3.6.1. Requisitos subjetivos.....	284
12.3.6.2. Requisitos objetivos.....	285
12.3.7. Objetivo.....	286
12.3.8. Efeitos.....	286
12.4. Controle difuso/incidental no STF (análise do Recurso Extraordinário).....	287
12.4.1. Procedimento.....	289
12.4.2. Competência/cabimento.....	297
12.4.3. Parâmetro.....	302
12.4.4. Objeto.....	303
12.4.5. Iniciativa.....	304
12.4.6. Pressupostos.....	304
12.4.6.1. Pressupostos subjetivos: legitimidade e interesse.....	305
12.4.6.2. Pressupostos objetivos.....	305
12.4.7. Objetivo.....	310
12.4.8. Efeitos.....	311
12.4.9. Desistência do RE e prosseguimento do julgamento quanto à questão constitucional.....	316
12.4.10. O Sistema de Precedentes no Brasil e a abstrativização (legal) do controle concreto.....	318
12.4.11. Abstrativização do controle difuso/incidental por mutação constitucional.....	331
12.4.11.1. Argumentos favoráveis à abstrativização (objetivação) por mutação constitucional do inciso X do artigo 52 da CRFB/88.....	333
12.4.11.2. Argumentos contrários à abstrativização (objetivação) por mutação constitucional do inciso X do artigo 52 da CRFB/88.....	337
12.4.11.3. Questões residuais em relação ao artigo 52, X da CRFB/88.....	340
12.5. Recurso extraordinário como instrumento do processo objetivo de controle de constitucionalidade abstrato.....	345
12.6. Mandado de Injunção.....	346
12.6.1. Natureza jurídica e finalidade do Mandado de Injunção.....	350
12.6.2. Fundamento jurídico.....	352

12.6.2.1. Fundamento constitucional.....	352
12.6.2.2. Fundamento legal.....	352
12.6.3. Competência.....	352
12.6.4. Parâmetro.....	354
12.6.5. Objeto.....	355
12.6.6. Legitimados.....	355
12.6.6.1. Legitimado ativo.....	355
12.6.6.2. Legitimado passivo.....	356
12.6.7. Procedimento.....	357
12.6.8. Cautelar.....	365
12.6.9. Efeitos da decisão.....	367
12.6.10. Quadro com análise evolutiva dos efeitos da decisão em MI conforme jurisprudência do STF.....	374
12.6.11. Mandado de Injunção e omissões legislativas indiretas que inviabilizam o pleno exercício de direitos fundamentais (Mandado de Injunção e Mandados de Criminalização).....	374
12.7. Súmulas Vinculantes.....	386
12.7.1. Objeto.....	390
12.7.2. Legitimados.....	391
12.7.3. Amicus Curiae.....	391
12.7.4. PGR.....	392
12.7.5. Procedimento.....	392
12.7.6. Efeitos.....	392
12.7.7. Reclamação.....	393
12.7.8. Contencioso Administrativo Obrigatório Mitigado.....	393
12.7.9. Responsabilização pelo descumprimento de enunciado de súmula vinculante.....	394
13. O Controle Concentrado.....	395
13.1. Bloco de Constitucionalidade.....	395
13.1.1. Bloco de constitucionalidade em sentido formal.....	396
13.1.2. Bloco de constitucionalidade em sentido material.....	397
13.1.3. Normas de Eficácia Reforçada.....	399
13.1.3.1. Normas de Eficácia Reforçada Expressa.....	399
13.1.3.1.1. Normas de Eficácia Reforçada Expressa com Status Constitucional.....	399
13.1.3.1.2. Normas de Eficácia Reforçada Expressa com Status Supralegal.....	401
13.1.3.2. Normas de Eficácia Reforçada Implícita.....	403
13.1.3.3. Conclusão.....	406
13.1.4. Status hierárquico dos tratados internacionais no Brasil conforme o STF.....	407
13.2. Ações do Controle Concentrado.....	407
13.2.1. ADI (ação direta de inconstitucionalidade).....	408
13.2.1.1. Conceito e finalidade.....	408
13.2.1.2. Fundamento.....	411
13.2.1.3. Parâmetro de controle.....	411
13.2.1.4. Objeto de controle.....	417

13.2.1.4.1. Atos que podem ser objeto de ADI.....	421
13.2.1.4.1.1. Emendas constitucionais – art. 59, I da CRFB/198.....	421
13.2.1.4.1.2. Leis complementares e leis ordinárias – art. 59, II e III da CRFB/1988.....	422
13.2.1.4.1.3. Leis delegadas – art. 59, IV da CRFB/1988.....	423
13.2.1.4.1.4. Medidas provisórias – art. 59, V da CRFB/1988.....	423
13.2.1.4.1.5. Decretos legislativos – art. 59, VI da CRFB/1988.....	426
13.2.1.4.1.6. Resoluções – art. 59, VII da CRFB/1988.....	430
13.2.1.4.1.7. Outras espécies normativas.....	431
13.2.1.4.1.7.1. Leis Estrangeiras.....	443
13.2.1.4.1.7.1.1. Controle em face da Constituição estrangeira.....	443
13.2.1.4.1.7.1.2. Controle em face da Constituição brasileira.....	444
13.2.1.4.2. Atos que não podem ser objeto de ADI.....	444
13.2.1.4.2.1. Atos normativos secundários.....	444
13.2.1.4.2.2. Atos anteriores à Constituição.....	445
13.2.1.4.2.3. Atos normativos já revogados.....	448
13.2.1.4.2.4. Atos de eficácia exaurida.....	456
13.2.1.4.2.5. Leis e atos municipais.....	457
13.2.1.4.2.6. Normas constitucionais originárias.....	457
13.2.1.5. Legitimados.....	457
13.2.1.6. Procedimento.....	468
13.2.1.7. atuação do PGR e do AGU.....	492
13.2.1.8. Cautelar.....	496
13.2.1.9. Efeitos da decisão.....	508
13.2.1.10. Recorribilidade.....	528
13.2.1.11. Controle Incidental exercido no Controle Concentrado Abstrato.....	532
13.2.2. ADC (ação declaratória de constitucionalidade).....	542
13.2.2.1. Conceito e finalidade.....	542
13.2.2.2. Fundamento.....	544
13.2.2.3. Parâmetro de controle.....	544
13.2.2.4. Objeto de controle.....	544
13.2.2.5. Legitimados.....	545
13.2.2.6. Procedimento.....	546
13.2.2.7. Atuação do PGR e do AGU.....	552
13.2.2.8. Cautelar.....	553
13.2.2.9. Efeitos da decisão.....	555
13.2.2.10. Recorribilidade.....	557
13.2.3. ADO (ação direta de inconstitucionalidade por omissão).....	557
13.2.3.1. Conceito e finalidade.....	557
13.2.3.2. Fundamento.....	559
13.2.3.3. Parâmetro de controle.....	559
13.2.3.3.1. Classificação das normas constitucionais quanto à eficácia.....	559
13.2.3.4. Objeto de controle.....	566
13.2.3.5. Legitimados.....	569

13.2.3.6. Procedimento.....	571
13.2.3.7. Atuação do PGR e do AGU.....	571
13.2.3.8. Cautelar.....	572
13.2.3.9. Efeitos da decisão.....	574
13.2.3.10. Recorribilidade.....	579
13.2.3.11. Quadro comparativo entre ação direta de inconstitucionalidade por omissão e mandado de injunção.....	579
13.2.4. ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental).....	580
13.2.4.1. Conceito e finalidade.....	580
13.2.4.2. Fundamento e espécies.....	582
13.2.4.2.1. Arguição autônoma.....	582
13.2.4.2.2. Arguição incidental.....	582
13.2.4.2.3. Arguição preventiva.....	587
13.2.4.2.4. Arguição repressiva.....	587
13.2.4.3. Princípio da Subsidiariedade.....	587
13.2.4.4. Parâmetro de controle.....	602
13.2.4.5. Objeto de controle.....	605
13.2.4.6. Legitimados.....	625
13.2.4.7. Procedimento.....	626
13.2.4.7.1. Acordo no âmbito de processo objetivo.....	642
13.2.4.8. Atuação do PGR e do AGU.....	649
13.2.4.9. Cautelar.....	649
13.2.4.10. Efeitos da decisão.....	651
13.2.4.11. Recorribilidade.....	654
13.2.4.12. Estado de coisas inconstitucional (ECI).....	654
13.2.5. RI (representação interventiva) – ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	664
13.2.5.1. Conceito e finalidade.....	664
13.2.5.2. Fundamento.....	666
13.2.5.3. Parâmetro de controle.....	667
13.2.5.4. Objeto de controle.....	668
13.2.5.5. Legitimados.....	668
13.2.5.6. Procedimento.....	669
13.2.5.7. Atuação do PGR e do AGU.....	671
13.2.5.8. Cautelar.....	671
13.2.5.9. Efeitos da decisão.....	671

14. Quadro comparativo das ações do controle concentrado..... 673

15. Controle de constitucionalidade estadual..... 675

15.1. Fundamento.....	676
15.2. Natureza e finalidade.....	676
15.3. Competência.....	676
15.4. Parâmetro de controle.....	676
15.5. Objeto.....	679

15.6. Legitimados.....	680
15.7. Defesa do ato.....	680
15.8. Procedimento.....	681
15.9. Liminar.....	684
15.10. Efeitos da decisão.....	685
15.11. Questão peculiar em face do dúplice parâmetro de controle utilizado pelos Tribunais de Justiça.....	685
16. A Reclamação Constitucional.....	689
16.1. Origem e Implied Powers Theory (Teoria dos Poderes Implícitos).....	689
16.1.1. Quadro evolutivo do instituto da reclamação constitucional.....	690
16.2. Fundamento jurídico.....	691
16.3. Natureza jurídica e finalidade.....	693
16.4. Competência.....	697
16.5. Cabimento.....	697
16.5.1. Reclamação para a preservação de competência do Tribunal.....	698
16.5.2. Reclamação para garantir a autoridade da decisão de Tribunal.....	699
16.5.2.1. Reclamação para garantir a autoridade de decisão de tribunal que tenha efeito inter partes.....	699
16.5.2.2. Reclamação para garantir a autoridade de decisão de tribunal que tenha efeito erga omnes e vinculante.....	700
16.5.3. Reclamação contra ato que viola enunciado de súmula vinculante.....	702
16.5.4. Reclamação como instrumento de (re)interpretação da decisão proferida em controle de constitucionalidade abstrato.....	704
16.5.5. Reclamação contra decisões de Juizados Especiais Cíveis.....	705
16.5.6. Não cabimento da reclamação contra ato editado pelo Legislador no exercício de função legiferante.....	706
16.5.7. Reclamação e garantia de decisão proferida em mandado de injunção.....	708
16.6. Legitimidade.....	709
16.7. Procedimento.....	713
16.8. Liminar.....	717
16.9. Efeitos da decisão.....	717
16.10. Recorribilidade.....	718
17. Coisa julgada inconstitucional.....	719
18. Controle de Convencionalidade.....	727
19. Quadro comparativo dos tribunais constitucionais no mundo.....	737
Referências.....	741

PREFÁCIO

Bruno Pinheiro, emérito constitucionalista, professor da Escola de Direito da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (AMPERJ) e da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FEMPERJ), além de diversos outros cursos preparatórios e de Pós-Graduação, sempre se notabilizou pela visão holística e integrada do Direito, perceptível na trajetória acadêmica, tendo lecionado, brilhantemente, Direito Penal e Direito Administrativo, antes de quedar-se no Direito Constitucional.

Tamanha visão crítica e interdisciplinar do Direito reflete, como nunca, em seu Controle de Constitucionalidade, obra de pretensão exauriente, mas escrita com clareza e didática, de sorte a atender desde o graduando, passando pelo concursando até o operador do Direito.

O livro prima, ainda, pela organização, facilitando a consulta pelo leitor do tópico desejado.

Após discorrer sobre a constitucionalização do Direito, fixa os limites à reforma constitucional, sem descuidar da análise histórica, para, então, chegar aos pressupostos do controle de constitucionalidade. A atualidade e a verticalidade da obra começam a transparecer neste tópico, ao enfrentar o ativismo congressual, o efeito *backlash* e a teoria do diálogo institucional. Quando adentra no exame das inconstitucionalidades, impressiona o catálogo reservado às espécies, desnudando o propósito exaustivo do autor.

A didática da obra, sem perda alguma do conteúdo vertical, vê-se nos quadros esquemáticos dos sistemas e modalidades de controle de constitucionalidade, não como fim em si próprio, mas ferramenta elucidativa do conteúdo do texto.

O olhar sobre o Direito Comparado é mandatário à compreensão do ordenamento constitucional pátrio, máxime para pontuar os acertos e desacertos de qualquer aproximação. Por outro lado, é igualmente imprescindível a objetividade quando se contempla uma obra de tema tão extenso e

complexo. Nesse particular, o autor foi muito feliz ao eleger, como critérios comparativos, as experiências estadunidense, alemã e portuguesa, com as quais a doutrina nacional e o Supremo Tribunal Federal mais dialogam. O percurso pelas ordens constitucionais anteriores à vertente igualmente foi preciso, sem firulas ou aprofundamentos desnecessários.

As técnicas de decisão no controle de constitucionalidade são um dos pontos de destaque da obra, porque apresentadas com muita profundidade, didaticamente. Ao adentrar no Direito Processual Constitucional a obra não perde o vigor, ao contrário, a atualidade persiste, haja vista, *v.g.*, o item dedicado à abstrativização do controle difuso/incidental por mutação constitucional, bastante utilizado na seara processual penal, e o reservado ao mandado de injunção e omissão legislativa a inviabilizar o pleno exercício de direitos fundamentais – a discussão quanto à inserção da homofobia na Lei nº 7716/89 bem ilustra a temática; faz ainda exaustivo e verticalizado estudo do recurso extraordinário, do sistema de precedentes, da teoria dos motivos determinantes, da reclamação constitucional e tantos outros temas.

O autor não se furta de veicular todas as correntes de pensamento, sem comprometer o tom crítico do livro.

Por tudo isso, a obra é referência no estudo do controle de constitucionalidade no Brasil, indispensável a quem pretende ter uma visão completa sobre o tema, seja na graduação, seja na atividade profissional e/ou acadêmica. E, para o concursando, é o livro a ser lido. À leitura!

Rio de Janeiro, outono de 2019

Marcos Paulo Dutra Santos¹

¹ Mestre em Direito Processual pela UERJ. Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Ex-assessor de Ministro do STF (2015/2016). Professor de Processo Penal e de Execução Penal da Escola de Direito da AMPERJ, da EMERJ, da FESUDEPERJ, do SupremoTV e do Curso Fórum. Autor de diversas obras jurídicas

APRESENTAÇÃO

O autor, professor Bruno Pinheiro, tem se destacado como um dos principais professores de Direito Constitucional do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, não só na graduação, pós-graduação e mestrado, como na preparação de candidatos para os mais diversos concursos públicos – Magistratura, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegado Federal, Delegado de Civil, Procuradorias...

A presente obra reflete estudo minucioso sobre um dos temas mais instigantes e importantes do Direito Constitucional: o controle de constitucionalidade. O tema, como se sabe, já foi objeto de estudos monográficos importantes por parte de constitucionalistas brasileiros, fato que demonstra o desafio enfrentado pelo professor Bruno Pinheiro na elaboração desse estudo, o que, certamente, o coloca no patamar dos principais constitucionalistas da nova geração.

A singularidade do trabalho aqui desenvolvido relaciona-se com a linguagem didática e acessível, sem deixar de lado a análise de premissas filosóficas e jurídicas necessárias à compreensão do tema central, profunda e completa.

Na parte introdutória o autor faz um exame dos fundamentos teóricos do controle de constitucionalidade, essencial para o entendimento de tema tão denso.

Após demonstrar a evolução histórica do controle de constitucionalidade, o autor destaca os pressupostos do controle, o vício da inconstitucionalidade e as espécies de inconstitucionalidade.

Em seguida, o estudo se volta para os sistemas e as modalidades de controle de constitucionalidade, com a competente análise do Direito comparado – na qual também analisa o conflito entre constituição e direito comunitário.

Ao se debruçar sobre o controle de constitucionalidade adotado no ordenamento jurídico brasileiro, o autor aborda as principais características e controvérsias relacionadas ao controle difuso e concentrado, sempre com olhar crítico e sem deixar de se posicionar, o que faz de forma ímpar e inteligente.

O autor aborda ainda, de forma detalhada e precisa, as mais complexas e modernas técnicas de decisão adotadas no controle de constitucionalidade.

Na parte destinada ao controle concreto, difuso e incidental, encontramos um estudo que atenta não apenas para os aspectos constitucionais, dando a devida importância, de forma séria e técnica, aos aspectos processuais, raro

quando se trata de constitucionalistas. Merecendo menção especial o estudo do Recurso Extraordinário e do Mandado de Injunção.

O livro prossegue com a análise das súmulas vinculantes.

Na parte relativa ao controle abstrato, concentrado, de constitucionalidade o autor faz um estudo sistemático, analisa o sistema de forma integrada, buscando sempre a coesão e coerência. Faz críticas sérias, agudas, e técnicas aos pontos que entende merecedores de aperfeiçoamento, com a devida esmero que o tema exige, apresentando as falhas e propondo soluções. No tópico em questão o autor não deixa de inovar, como o faz, por exemplo, no estudo das chamadas “normas de eficácia reforçada” e, também, outros pontos inovadores que o leitor terá o prazer descobrir.

Merece atenção o estudo relativo ao controle incidental exercido em controle concentrado abstrato de constitucionalidade, tema ainda carente de maior precisão técnica, o que sem dúvida é feito pelo autor, que traça os limites e as possibilidades decorrentes de nosso complexo modelo.

Menção especial ao controle concentrado de constitucionalidade estadual, com exame de questões intrincadas que o autor não se furta de enfrentar.

O livro traz também capítulo dedicado à reclamação constitucional e às súmulas vinculantes, extenso e aprofundado.

O tema da coisa julgada inconstitucional, em razão da sua importância e atualidade, foi destacado em item próprio, sem descuidar da parte processual, que recebe todo respeito do autor.

Chegando ao fim temos análise atual do controle de convencionalidade.

Em todos os pontos o autor, com intuito de auxiliar os leitores, advogados, juízes, promotores, acadêmicos, e demais operadores do direito, especialmente aqueles que se preparam para os concorridos concursos públicos, apresenta importantes decisões do STF acerca do controle de constitucionalidade, nunca deixando de criticar, sempre respeitosamente, quando entende pertinente.

Os quadros esquemáticos utilizados ao longo do texto e a constante menção à jurisprudência do STF, como já apontado, facilitam a compreensão das ideias. Trazendo, inclusive, interessante quadro comparativo dos tribunais constitucionais do Mundo – no qual faz parte até mesmo o exótico Nepal.

O leitor ainda encontrará diversos temas ligados ao controle de constitucionalidade examinados de forma criteriosa e sempre com densidade, tais como, *poder constituinte*, *teoria dos poderes implícitos*, *ativismo congressional*, *efeito backlash* e outros.

A experiência do autor como professor universitário, graduação, pós-graduação e como professor de cursos preparatórios para os concursos públicos mais exigentes do país possibilitou a elaboração de uma obra abrangente, atual e didática, com a constante preocupação de aliar as premissas teóricas com as discussões pragmáticas.

À leitura!

“

A presente obra reflete estudo minucioso sobre um dos temas mais instigantes e importantes do Direito Constitucional: o controle de constitucionalidade. O tema, como se sabe, já foi objeto de estudos monográficos importantes por parte de constitucionalistas brasileiros, fato que demonstra o desafio enfrentado pelo professor Bruno Pinheiro na elaboração desse estudo, o que, certamente, o coloca no patamar dos principais constitucionalistas da nova geração.

A singularidade do trabalho aqui desenvolvido relaciona-se com a linguagem didática e acessível, sem deixar de lado a análise de premissas filosóficas e jurídicas necessárias à compreensão do tema central, profunda e completa.

”